

TETO DE VIDRO: DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SILENCIADOS E AUTORIA FEMININA NEGRA EM CAROLINA MARIA DE JESUS E MARIA FIRMINA DOS REIS

Daiane de Moura Rodrigues¹

Resumo

A partir das produções literárias produzidas por mulheres afro-brasileiras, compreendidas através da escrita de Carolina Maria de Jesus (1914) e Maria Firmina dos Reis (1822), proponho reflexões acerca do apagamento destas escritoras ao longo dos tempos e como a desconstrução dos discursos femininos silenciados nos ajudam a compreender o percurso que elas traçaram, como se tornaram visíveis e de que maneira as suas produções ocuparam espaços na literatura brasileira ao romper com os discursos hegemônicos. Para tal intenção, o artigo será pautado em estudos de teóricas interseccionais como bell hooks, Angela Davis, Djamila Ribeiro, Lélia González, dentre outras.

Palavras-chave: Feminismo interseccional. Escritoras negras. Desconstrução. Representatividade

Introdução

Em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio-EUA, a ativista, mulher afro-americana, nascida escrava, Sojourner Truth, reclamou o seu lugar de fala e conseguiu improvisar um discurso que a tornou pioneira na luta pelos direitos das mulheres negras e inspiração para os estudos do Feminismo Negro. A abolicionista questionou o seu papel enquanto mulher negra numa sociedade que direcionava o discurso de representação feminina somente às mulheres brancas. Conforme discute a escritora Djamila Ribeiro, em seu livro, *Lugar de fala*, “Truth, reivindicou sua voz para evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo. A questão é: porque demoraram tanto para serem ouvidas?” (2017, p. 15).

Partindo desse exemplo histórico, percebe-se que o lugar de onde falamos é fundamental para refletir criticamente os múltiplos sistemas de opressão que nos conduzem a

¹ Professora da Rede Estadual da Bahia, especialista em Estudos linguísticos: leitura e produção textual, UNEB-BA. E-mail: daianemoura82@gmail.com.

nos responsabilizar a partir do lugar em que ocupamos. Para tal, os estudos interseccionais surgiram da necessidade de tentar romper com os privilégios do movimento feminista branco que não deu conta de abarcar questões de raça voltadas para às mulheres negras. Desse modo, foi preciso construir metodologias críticas que abordassem conhecimentos epistêmicos e culturais que contemplassem as diversas realidades dos feminismos e assim, inserir o Feminismo Negro em espaços mais amplos de intersecções.

De acordo aos estudos da pesquisadora Carla Akotirene (2019, p. 27), o conceito de interseccionalidade é amplo e diverso, surgiu no final dos anos 1970 nos Estados Unidos, no coletivo organizado por mulheres negras lésbicas, intitulado *Combahee River*, com a intenção de questionar o discurso das feministas radicais que defendiam a categoria como luta homogênea. Contrário a esse pensamento, os estudos interseccionais concentraram-se no deslocamento da pauta para tentar derrubar a pirâmide das opressões vivenciadas por mulheres negras e indígenas, que eram classificadas em estereótipos raciais e classistas: mulher, negra, pobre, periférica, dentre outros. Para a interseccionalidade essas identidades se constroem concomitantemente, sem hierarquias pré-estabelecidas.

Os movimentos feministas demarcam ao longo da história espaços de lutas emancipatórias que buscam modificar as estruturas sociais do patriarcado. Contudo, a luta das mulheres nem sempre foi direcionada para uma conexão integrada que incluísse todas as mulheres. Essas percepções entraram em divergência com o surgimento do movimento feminista negro no Brasil, na década de 1970 e com o advento das articulações interseccionais que nos possibilitaram enxergar que um movimento não exclui o outro, mas sim complementam-se. A filósofa e escritora, Djamila Ribeiro (2017), fortalece essa premissa quando afirma que “Pensar no feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, novos marcos civilizatórios para que pensemos um novo modelo de sociedade. Pensar resistências e reexistências” (RIBEIRO, 2017, p. 10).

Se, por muito tempo, a mulher branca e escritora não foi reconhecida a partir de sua escrita e seu ofício profissional foi negligenciado pela crítica tradicional, imagine o que passou a mulher negra e escritora neste mesmo patamar. Quando ouvimos e lemos mulheres da tradição literária canônica, como Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Marina Colasanti, entre tantas outras escritoras brancas, temos a convicção de que elas não vivenciaram as mesmas condições das escritoras negras, e por isso precisamos tratar essas reflexões com as ponderações necessárias para compreender o ponto de vista das escritoras

negras. Sobre esta questão, Angela Davis (2016, p. 102) afirma que “com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas.”

É a partir dessa ótica peculiar das escritoras negras afro-brasileiras que lutaram por seus espaços em outras épocas e que almejavam ocupar espaços de reconhecimento junto aos cânones, que nomes como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus foram tardiamente reconhecidos e suas obras, *Úrsula*, publicado em 1859 e *Quarto de despejo: diário de uma favelada* publicado em 1960, demoraram a alcançar o público leitor. A reflexão proposta parte das seguintes indagações: de que maneira as obras destas duas Marias representam a ruptura com os discursos hegemônicos? Em quais condições literárias o trajeto dessas duas escritoras se entrelaça? Qual a importância do papel das escritoras negras na construção da identidade e representatividade da mulher brasileira?

Com o objetivo de traçar novos pressupostos para estas discussões, o presente artigo abordará as fronteiras enunciativas dessas narrativas que foram silenciadas durante anos, com a intenção de rever o debate desses valores que foram revisados, e trabalhar novas discussões na perspectiva das conquistas do movimento feminista interseccional.

Considero necessário registrar que abordo a temática do feminismo negro, enquanto mulher branca e professora que atua na educação básica da rede pública Estadual da Bahia, portanto, com responsabilidade social, busco os conhecimentos epistêmicos para oportunizar uma efetiva educação étnico-racial que ajude a desconstruir as marcas do silenciamento racial erguidas pela supremacia branca. Marcada por esse incômodo do prisma do privilégio social, pretendo tentar romper o monopólio da branquitude para ajudar a construir novos conhecimentos sob o pilar do feminismo da diferença e assim, contribuir para que novas vozes possam falar.

As Marias rompem silêncios

No desenrolar da história a opressão sexista silenciou as vozes femininas e as colocaram no papel de submissão e anulação. No entanto, a variante normativa de mulher neste contexto de luta, compreendido entre o tempo em que as duas escritoras aqui estudadas viveram, era a normativa de mulheres brancas como, Virginia Woolf que lutava por um *Teto todo seu*, Simone de Beauvoir que trouxe questões sobre o processo de torna-se mulher. Na

outra ponta, tínhamos mulheres negras como Sojourner Truth, que precisava questionar (ainda) sua existência enquanto ser mulher e reivindicava ser ouvida enquanto ser humano. Mesmo os discursos machistas e opressivos sobre o sexo frágil, só expurgavam as mulheres brancas, porque as negras estavam nas senzalas, nos trabalhos árduos da escravidão e do pós-escravidão, nos trabalhos domésticos de exploração ou obrigadas a deitarem-se nas camas escusas dos filhos dos patrões.

Ao perceber a diferenciação social classificada por raça e classe imposta ao gênero feminino, Djamila Ribeiro nos alerta sobre a posição desigual das mulheres: “se para Simone de Beauvoir, a mulher é o outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba, a mulher negra é o outro do outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade.” (2017, p. 22). Nesse sentido, é veemente a necessidade de situar o feminismo negro como importante e crucial demarcador da interseccionalidade. Esse movimento precisa ser estudado, lembrado, discutido e nenhuma mulher pode ficar fora dessa luta.

Por isso, é relevante conhecer as narrativas construídas por Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, para entender o que motivou suas *escrevivências*², como diz Conceição Evaristo (2009). Deste modo, ao estabelecer conexões entre obra e vida das duas autoras é possível compreender quais recursos semânticos e narrativos foram favoráveis às vozes destas mulheres negras que com sua arte de escrever puderam através do tempo recuperar sua ancestralidade e retomar as identidades afro-brasileiras anuladas desde a colonização.

Uma maranhense, Maria Firmina dos Reis,³ nasceu em 1822, época em que os espaços literários eram majoritariamente masculinos e brancos, tempo em que estudar era privilégio para homens. Contudo, foi autodidata, aprendeu francês por conta própria e prestou concurso para professora primária, cujo mérito de primeiro lugar a levou a ser a primeira professora concursada de sua cidade. Também colaborou em jornais locais, escreveu poemas, crônicas e, com isso, levou um certo destaque no Maranhão por sua postura. Mas pelas artimanhas sexistas e racistas do destino, seus registros foram apagados com o tempo e sua escrita não entrou para o conjunto de obras literárias do Romantismo ao lado de Castro Alves ou José de

² Esse termo surgiu em um seminário de literatura formado por mulheres negras, em 2009, quando a escritora fazia Mestrado na PUC- RJ.

³ Os dados biográficos da autora, Maria Firmina dos Reis foram baseados no prefácio e posfácio organizados pelos editores da editora Taverna, 2019.

Alencar. Morreu aos 92 anos, pobre, cega, sem nenhum reconhecimento e nem sequer registro da sua fisionomia.

Após mais de um século, em meados de 1962 seu romance, *Úrsula*, única edição original, foi encontrada por acaso em um sebo no Rio de Janeiro, pelo bibliógrafo, Horácio de Almeida, cuja autoria chamou a sua atenção, pois estava assinado *por uma maranhense*. A partir daí, durante quase uma década o pesquisador foi em busca da história dessa mulher e só depois de muito tempo, a população brasileira teve acesso a sua obra. Atualmente, Maria Firmina é considerada a primeira escritora abolicionista brasileira e autora do primeiro romance de autoria feminina negra na história do país. Uma reparação tardia, mas que contribui para a desconstrução do esquecimento das produções literárias de autoria feminina, e sobretudo, afro-brasileira.

“Toda descolonização é um triunfo”, já dizia Frantz Fanon (1968, p. 26). Portanto, as escritas produzidas por mulheres ao longo do processo histórico e que foram colocadas à margem, nasceram da recusa ao pensamento colonial, renasceram do combate e da luta que silenciaram às minorias. Em diálogo com esse pensamento, Homi Bhabha (2013, p. 21) acrescenta que:

O direito de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição, ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contrariedade que presidem sobre as vidas que estão em minoria.

Desse modo, quando conhecemos as protagonistas-donzelas, sinhazinhas-sublimes, angelicais e desprotegidas de outrora, através das obras literárias obrigatórias na Educação Básica e estudamos por anos a estética literária do Romantismo brasileiro, majoritariamente pelo olhar do homem branco, rico, a partir de um sistema patriarcal heteronormativo, temos a desvantagem de conhecer a história somente por um ponto de vista. Sendo assim, quando escritoras mulheres são recolocadas nos meios editoriais e nos beneficiam com seu olhar, os padrões distorcidos mudam sua configuração. *Úrsula*, mocinha branca e sinhazinha, é a protagonista do primeiro e único romance romântico de Maria Firmina, à primeira vista sua história segue os modelos da época e do estilo literário no qual foi escrito, mas com uma leitura mais atenta do enredo percebemos que sua narrativa explora além das evidências românticas.

Por isso, temos em alguns pontos da obra registros de colocações inéditas à época, que são perceptíveis pela alteridade feminina de uma autora mulher: “E Úrsula invejava vagamente a sorte de Túlio e achava mor ventura do que a liberdade poder ele acompanhar o cavaleiro” (REIS, 2019, p. 57). Úrsula, cativa da sua condição feminina, invejava a liberdade do escravo, que podia acompanhar o mancebo. Percebe-se que o sentimento de inveja que a protagonista carrega vem do impulso pelo desejo por liberdade, possibilidade tão cara a uma mulher do seu tempo.

Em certa medida, a autora rompe o conceito de “escrita feminina”, que reduz a produção feita por mulheres a eixos temáticos fúteis e do lar e, em alguns momentos da obra, a autora aponta as fragilidades do casamento, traz o homem como ser machista e opressor:

Não sei por quê, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela triste vítima, chorava em silêncio, e resignava-se com sublime brandura. [...] ao passo que o gênio rude de meu pai me amedrontava. (REIS, 2019, p. 71)

Essas abordagens críticas sobre gênero são marcadas por várias passagens incomuns e, evidentemente, para a época não era permitido à mulher reclamar tão abertamente sobre o marido, o que confere às personagens femininas características de resiliência:

[...] fez toda a desgraça da minha vida. Paulo B... não soube compreender a grandeza de meu amor, acumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões.” (REIS, 2019, p. 104)

Por um lado, as questões de gênero foram fortemente abordadas, por outro as de raça e sobretudo a exploração escrava foram abertamente criticadas. Maria Firmina, atuou como escritora e agente de participação em uma época em que a escravidão no Brasil estava começando a entrar em colapso, mas suas subversões estavam fortemente enraizadas. Sua atitude política e corajosa promoveu a visibilidade de narrativas que trouxeram como protagonistas vozes historicamente silenciadas. Desse modo, sua escrita contribuiu para o registro de uma época e para a construção dos debates etnicorraciais no Brasil.

A partir da apresentação singular de dois personagens negros, Túlio e Susana, temos uma abordagem individual e concreta da oportunidade de ouvir as narrativas do lugar de vivência dos cativos. E, como bem complementa Chimamanda Adichie (2015, p. 32) “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar.”

Através da narração a seguir, temos a apresentação de um dos personagens secundários, Túlio, um jovem negro, nascido em terras brasileiras, escravo da mãe de Úrsula. Escrito pelo olhar da Maria Firmina, temos a possibilidade de encontrar traços mais dignos da história afrodescendente:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que ria franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde- dissemos- se revoltava; porque se lhe erguia como barreira- o poder do forte contra o fraco!... (REIS, 2017, p. 41)

Percebe-se nos adjetivos escolhidos pela autora, a humanização deste indivíduo, as qualificações de sua personalidade e a sagaz crítica à sua condição. Elementos estilísticos imprescindíveis para a construção de um novo patamar de características elencadas nos personagens cativos até então, nunca, abordados pelos românticos, mesmo para aqueles que eram considerados abolicionistas como Joaquim Manoel de Macedo e Castro Alves que não os colocavam em primeira pessoa.

Observa-se em várias partes da obra citações diretas à causa abolicionista, este livro não só demarca a literatura ficcional e romântica de um século, mas denuncia explicitamente a escravidão. Como percebemos no trecho: “Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgosto e de martírio, sem esperança e sem gozo!” (REIS, 2017, p. 41). A escritora, com seu olhar compassivo e solidário tenta através da escrita falar a partir do seu lugar e ao fazer isso reflete criticamente a sua responsabilização enquanto mulher negra e escritora. O que fica evidente nesse excerto: “Coitado do escravo! nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor!...” (REIS, 2017, p. 41)

No capítulo IX, intitulado *A preta Susana*, as personagens embora secundárias tinham vozes. Observa-se que as falas dos personagens negros não foram só representadas pela

narradora (Úrsula, a sinhazinha branca). No livro, temos a chance de conhecer as mazelas da escravidão pela voz da experiência, pelo lugar de fala do oprimido:

- Oh! Quanto a isso não, mãe Susana- tornou Túlio- A senhora Luiza B. foi para mim boa e caridosa, o céu lhe pague o bem que me fez, que eu nunca esquecerei de que me poupo os mais acerbos desgostos da escravidão, mas quanto ao jovem cavaleiro, é bem diverso o meu sentir; sim bem diverso. Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! (...) (REIS,2017, p. 113)

Quando a senil escrava Susana diz para o seu filho Túlio: “Vou contar-te o meu próprio cativo” (REIS, 2017, p. 115), percebemos nessa frase o poder da sua voz, um jeito peculiar de rompimento com as narrativas dominantes e através do seu falar compreendemos o relato das vivências de uma personagem, mulher negra que conheceu o antes e durante período de escravidão. Um sentimento de africanidade, nunca antes exposto na literatura brasileira. Conforme podemos confirmar na voz narrativa da personagem Suzana: “(...) A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade, foi sufocada nessa viagem pelo horror constante e tamanhas atrocidades.” (REIS, 2017, p. 116). Nessa passagem percebemos com evidência as memórias da diáspora africana brasileira, como nos diz Carla Akotirene (2019), “a interseccionalidade atlântica”.

Assim como bell hooks (2013) nos mostrou que “ensinar é transgredir”, as escritoras negras nos ensinam que escrever é transgressão e resistência, essa ferramenta é sua maior prática de liberdade. Porém, ainda que seja difícil romper com as práticas discriminatórias de silenciamento, percebemos que as mulheres-escritoras-negras que vieram antes nos mostram o quanto essa verdade é pulsante, as que estão hoje reforçam o quanto essa luta precisa ser fortalecida.

Posteriormente a Maria Firmina dos Reis, quase um século depois, encontramos uma sofrida herdeira da pós-abolição, cuja herança sórdida do sistema escravista, que deixou a fome, o semianalfabetismo e a pobreza como marcas registradas. Neste interstício, nasce em 1914, a escritora afro-brasileira, Carolina Maria de Jesus, dona de diários potentes, carregados de literatura e verdade.

Mulher negra, pobre, mãe de três filhos, catadora de papel, estudou somente até o segundo ano do ensino fundamental e vivenciou a dura experiência de morar na primeira

favela de São Paulo, a Canindé. Consciente da sua voz, ela pronunciou: “e quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” (JESUS, 2014, p.37). Com esse excerto, Carolina explica o título do livro analisado: *Quarto de despejo* (2014), um livro-denúncia, de alguém que tinha consciência da condição de miserabilidade em que vivia, uma escrita marcada por uma grafia própria de quem tem pouco estudo, mas muito a dizer.

Consciente da opressão e miséria em que vivia, a autora compreende o poder da escrita e explora as ferramentas do gênero textual diário para reclamar e confirmar sua existência. Para reforçar esse sentido do diário como relator do enfrentamento social da realidade, Michelle Nascimento (2018, p. 87) define:

É no diário que Carolina constrói-se com mulher-narrativa, na narrativa da fome e da luta pela sobrevivência, entremeada com os acontecimentos da favela, das ruas, seus romances. Como um quadro Carolina dá cores ao que sente- a fome é amarela- e em cores pensa o livro de sua vida que narra: a vida é igual um livro.

Através da escrita, Carolina encontrou o seu lugar no mundo, seu refúgio, seu jeito de reexistir. Nas agruras dos papéis catados nos lixos, seu lápis trouxe dignidade a sua condição de miséria. Sua consciência pulsante sobre a vida que levava fez com que ela lutasse contra o sistema social que a impingiu, e quando a oportunidade chegou em forma de jornalista, ela deixou suas letras irem para o mundo.

Fiquei alegre olhando o livro e disse: o que sempre invejei nos livros foi o nome do autor. E li o meu nome na capa do livro. Carolina Maria de Jesus. Diário de uma favelada. Quarto de despejo.’ Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que senti. (JESUS, 2014, p. 195)

Carolina, mesmo sem conhecer o movimento feminista, pode ser considerada um grande exemplo de feminismo em resistência. Ela nasceu para dar errado, lutou para mostrar que não era submissa a ninguém, inclusive aos homens e muito menos à fome. Esse diário é um registro vivo das mazelas que o povo negro viveu/vive no período pós-abolição. Sua melhor ferramenta foi ter a consciência do quanto sua escrita fazia denúncias dos acontecimentos nas favelas, da fome e da luta pela sobrevivência:

- Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece argumentos. (JESUS, 2014, p. 20)

Por outro lado, para Carolina não era suficiente ser descoberta por um jornalista e ter seus livros publicados e vendidos mundo afora. Ela precisou enfrentar a invisibilidade do ponto de vista da elitização literária, pois os escritos de Carolina durante muito tempo não foram considerados dignos de serem classificados como “boa literatura”. A escritora provou com essa atitude que os críticos literários e o mercado editorial estavam mais preocupados com a morfologia e sintaxe do que com o que ela poderia dizer. Essa negação reverberou em sua carreira marcas profundas de rejeição. Mas, Carolina compreendia seu espaço enquanto cidadã e tinha consciência da hierarquização classista, sexista e racista na qual estava inserida: “Depois pensei: eu não saio do quarto de despejo, o que posso saber o que se passa na sala de visita?” (JESUS, 2014, p. 80).

Ao escrever o diário, a escritora preenchia sua vida e distraía seu estômago vazio; os desvios ortográficos nos seus livros conferem realidade a sua escrita, se existe lirismo na fome, Carolina soube como dosar, sua expressividade não vinha da fruição estética dos romancistas de outrora, mas da necessidade de fazer-se enxergar como ser humano acima de tudo. O livro *Quarto de despejo* proporcionou-lhe deixar a favela, receber um pouco de dinheiro e uma certa notoriedade, mas depois da euforia da publicação, com o passar do tempo foi esquecida pelas editoras, pela imprensa e pelo público, ou seja, morreu (quase) no esquecimento, assim como Maria Firmina dos Reis.

Entretanto, essas marcas do racismo estrutural e as inúmeras ferramentas da invisibilidade não deixaram essas Marias esquecidas ou apagadas; a literatura afrodescendente surge como contraponto a uma literatura eurocêntrica, patriarcal e branca, que não reconhecia a população negra como parte da nação brasileira. Como diz a escritora nigeriana, Seffī Atta (2020, p. 288): “-No país em que vivemos, onde as palavras são tão facilmente eliminadas da nossa constituição, de publicações e dos registros públicos, o ato de escrever é ativismo.”

É importante ressaltar que esses discursos silenciados destacaram os marcos da discriminação, foram projetos sociais excludentes que justificaram o racismo e a desigualdade. Não obstante a essas práticas, as Marias-escritoras sobreviveram ao tempo através das suas produções literárias engajadas, das lutas sociais e dos movimentos coletivos

que, em busca da reparação dos direitos etnicorraciais, incorporaram reivindicações que possivelmente fragilizaram a manutenção dos privilégios hegemônicos.

O “teto de vidro” hegemônico estilhaçou

Durante muito tempo, os signos que percorriam a literatura, engendrados nos textos literários, foram construídos socialmente sob o viés do machismo e sexismo. Essas ocupações desencadearam discussões acirradas que desestruturaram os padrões pré-estabelecidos pelos pilares patriarcais convencionais do mundo moderno e atualmente nos ajudam a compreender a condição feminina e sua emancipação. De acordo a essa visão a intelectual, Lélia Gonzalez confirma:

Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas. (GONZALEZ, 1982, p. 98-99)

Maria Firmina dos Reis produziu na mesma época dos escritores românticos, mas não ocupou espaços nas academias literárias; Carolina Maria de Jesus, viveu no auge do Pós-Modernismo, mas sequer foi aceita como escritora na época. Por isso, a literatura vem há algumas décadas corrigindo esse erro, e assim, essas mulheres são resgatadas e saem das estatísticas do apagamento das produções artísticas e científicas de autoria feminina. Com isso, temos produções literárias com vozes de autoras-mulheres que nos mostram qual o lugar da escrita feminina e como de fato essas histórias podem ser contadas. Lúcia Castelo Branco e Ruth Silviano Brandão (1989, p. 188) reforçam esse argumento e dizem que “ocupar o lugar do feminino, é uma outra lógica, homens e mulheres podem até produzir textos com vozes femininas, mas a voz do feminino é sempre do descentramento.”

Desse modo, as autoras, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, nos provocam a refletir que, diante de tantas transformações, as mulheres hoje estão travando uma outra luta que é a reconciliação com o corpo e a mente feminina, na busca da construção de si como protagonistas de um novo modelo cultural deslocado do antigo modelo

heteronormativo. São desafios contra o colonialismo e o patriarcado em busca de um novo projeto de identidade a partir da representação do gênero e dos marcos de reexistências etnicorraciais. No complemento dessa ideia, Dantas et al. (2012, p. 158) afirmam:

A identificação coletiva é sempre processo e construção. Só pode ser entendida levando em conta contextos históricos e políticos. Tanto o silêncio sobre a cor como a ética social, quanto a reivindicação da cor, hoje, como bandeira de luta, são frutos diferentes da presença difusa do racismo na sociedade brasileira em suas complexas relações com a memória do cativo.

Úrsula e Quarto de despejo sugerem um rompimento na maneira como a sociedade enxerga a literatura produzida por mulheres negras, trazem discussões que tentam desconstruir a visão racista imperante e nos mostram que romper com o silêncio sobre a cor é a única maneira de construir lutas antirracistas dignas e reparadoras de efetiva cidadania. Sendo assim, percebe-se que as vozes narrativas nas obras revelam o potencial crescente da participação feminina negra na produção literária brasileira.

As duas escritoras citadas neste artigo são mulheres que viveram em diferentes épocas e regiões do Brasil, mas que possuem trajetórias de vida e lutas semelhantes entre si. Encontramos em suas escritas elos que unem as duas autoras: por um lado, a busca da mais profunda liberdade de expressão: “[...] eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.” (JESUS, 2014, p. 197) / “Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passara entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.” (REIS, 2018, p. 33). As duas citações acima remetem a preocupação das escritoras sobre a aceitação social de suas produções. Por outro lado, ao dizerem: “gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem.” (JESUS, 2014, p. 24) / “De todas essas vítimas do amor, apenas restam vestígios sobre a terra da desditosa Úrsula.” (REIS, 2018, p. 213) percebe-se que ambas através do ato de escrever, encontram na literatura o caminho para transcender os limites patriarcais impostos pelo sexismo e, sobretudo, pelo racismo.

Ao ler as obras dessas autoras, conhecemos a realidade de um ponto de vista feminino-racial e ao mesmo tempo, universal. Porém, esse elo que as une também confirma por outro lado as reminiscências negativas pelas quais passaram. Através dos discriminatórios e elitistas discursos hegemônicos, as duas mulheres-escritoras-negras tiveram que batalhar para alcançar

espaços em lugares ocupados prioritariamente por homens brancos e, por fim, buscaram o direito de serem reconhecidas como mulheres negras que escreveram. E como nos lembra, Sojourner Truth (1851), estas mulheres queriam respostas além do tempo, porque afinal, elas não são mulheres?

Inquietações finais

“– Porque não posso escrever sobre amor? Porque não posso escrever pelo resto da vida sobre uma pedra, se quiser?” (ATTA, 2020, p. 286). Essa reflexão parte de uma voz-personagem, mulher-escritora-negra da Nigéria na década de 1960, contemporaneamente dialoga com as mulheres afro-brasileiras que também lutam por sua emancipação enquanto escritoras e que se dedicam a tal ofício com a mesma intensidade, qualificação e fruição designados pelos/as brancos/brancas, heteronormativos, dentre outros. Entende-se assim, que toda narrativa possui sua verdade e precisa ser contada, de modo que ainda é necessário insistir na temática sobre lutas pós-coloniais, mas precisamos compreender que esta não é a única história que a literatura afro-brasileira tem a contar.

Diante da identidade em comum – condição de ser mulher negra-escritora na sociedade brasileira – Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus clamam por seus lugares de fala. Os discursos literários nunca foram neutros e as expectativas ideológicas e dominantes dos preconceitos basilares da nossa sociedade, exigiram dessas escritoras uma postura ativa perante suas realidades, atuando na construção do desejo de um novo mundo e tentando romper com as estatísticas racistas vigentes, através de suas escritas potentes e decoloniais.

É necessário registrar que a continuidade do legado destas escritoras só pode acontecer quando a sociedade leitora compreender que é preciso valorizar quem veio primeiro. Para tal compreensão, Angela Davis (2016, p. 113) nos faz refletir “como mulheres negras precisavam urgentemente adquirir conhecimento – uma lanterna para os passos de seu povo e uma luz no caminho para a liberdade.” Estas escritoras anteriores, são precursoras fundamentais para que novas mulheres-escritoras-negras pudessem surgir. E ainda, com toda sororidade, Davis (2016, p. 116), afirma, “com a ajuda de suas aliadas brancas, as mulheres negras tiveram um papel indispensável na criação dessa nova fortaleza.”

Com o propósito de discutir a literatura afro-brasileira sob o prisma da mulher-negra que produz, escreve e tem muito a nos dizer sobre suas vivências e seus pensamentos, compreendemos que as autoras, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, deixaram na literatura marcas de oposição aos discursos hegemônicos de silenciamento, nos mostraram que os espaços de fala precisam ser ocupados para que mulheres possam se representar e através das suas vivências literárias deixaram um legado importante para a pauta do Feminismo Negro. Por fim, suas contribuições demarcam identidades interseccionais que validam saberes e novas identificações para quem acaba de chegar.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. 1ª ed. São Paulo: companhia das letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ATTA, Sefi. **Tudo de bom vai acontecer**. Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro: Record, 2020.

BHABHA. **O local da cultura**. Tradução: M. Ávila, E.L. de Lima Reis, G.R. Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

BRANCO, Lúcia Castelo e BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. São Paulo: Casa Maria, 1989.

DANTAS, C.V.; MATTOS, H.; ABREU, M. **O negro no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. In: **Colóquio de escritoras mineiras**, 1, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A, 1968.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de Jesus. **Quarto de despejo**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Ubutu, 2020.

NASCIMENTO, M.V.O. Frida Kahlo e Carolina de Jesus: o diário como forma de (r)existência. In: CASTRO, A.M.; MACHADO, R.C. (Org.). **Estudos feministas: mulheres e educação popular- 2º volume**. São Paulo: LiberArs, 2018. Cap.4, p. 87.

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Porto Alegre: Taverna, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG). Letramento, 2017.